



Barcelos mantém liderança distrital no ranking de melhor eficiência financeira

BARCELOS continua a liderar o ranking distrital dos municípios com melhor eficiência financeira, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2019 ontem divulgado. Destacam-se ainda Famalicão, Guimarães e Esposende.

IPCA

| Marlene Cerqueira |

Barcelos mantém a liderança do ranking distrital dos municípios com melhor eficiência financeira, posicionando-se ainda no 11.º lugar a nível nacional no ranking global dos municípios de grande dimensão.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2019, ontem divulgado, apenas quatro municípios do distrito de Braga estão entre os cem melhores do país a nível de eficiência financeira: Barcelos, Famalicão, Guimarães e Esposende.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é um trabalho conjunto entre a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

Barcelos é o único concelho minhoto a integrar a lista dos 20 municípios com melhor Resultado Operacional, surgindo em 5.º lugar do ranking.

O Anuário de 2019 mostra ainda que Famalicão se manteve como o 16.º melhor classificado no ranking dos municípios de grande dimensão. Já Guimarães surge em 17.º lugar, subindo duas posições relativamente ao ranking de 2018.

O Município de Esposende surge em 31.º lugar, mas no ranking dos municípios de média dimensão, melhorando em uma posição face ao ranking do ano anterior.

O Alto Minho não tem qualquer município entre os 100 do país com melhor eficiência financeira.



O FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2019

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses foi apresentado ontem através de videoconferência

Estudo desenvolvido pelo IPCA e Ordem dos Contabilistas Certificados

Anuário é “serviço público” que garante a transparência das contas municipais

IPCA

| Marlene Cerqueira |

Na apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2019 ficou o repto para que este tipo de estudo se alargue a todas as contas públicas, garantindo-lhes dessa forma “a transparência que todos os cidadãos merecem”.

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) foi a primeira a realçar que este Anuário contribui “para haver contas públicas mais transparentes” e “com mais informação disponibilizada aos cidadãos”. Paula Franco salientou ainda que todas as prestações de

contas são importante, “mas as entidades públicas têm uma responsabilidade muito maior na matéria pois gerem o dinheiro dos nossos impostos”.

Na mesma linha de pensamento, também o presidente do Tribunal de Contas, José Tavares, considerou que este Anuário desenvolvido pela OCC e pelo Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA “tem sido um instrumento indispensável para a análise e conhecimento da realidade municipal portuguesa”.

“Este é um projecto de verdadeiro serviço público, ao qual o Tribunal de Contas desde o início aderiu, facultando o acesso à

informação que nos termos da lei lhe é fornecida”, referiu José Tavares, recordando os “saudosos mentores” deste projecto, o professor João Carvalho, antigo presidente do IPCA, e o antigo bastonário da OCC, Domingues de Azevedo.

Maria José Fernandes, presidente do IPCA e coordenadora do Anuário ontem apresentado, realçou que o politécnico “continua e continuará a desenvolver” este trabalho de análise das contas dos municípios “sempre na perspectiva da prestação de um serviço público”.

Maria José Fernandes apresentou depois uma síntese do Anuário de 2019 que este ano foi

apresentado mais tarde do que habitualmente uma vez que a situação de pandemia levou à prorrogação do prazo para que as autarquias apresentassem as contas de 2019.

O Anuário de 2019, com 416 páginas, traça a radiografia da situação financeira dos 308 municípios portugueses.

Nas conclusões do documento, destaca-se que a dívida global dos municípios desceu 8,4% em 2019, “o que é positivo”.

Foi ainda realçado que as Câmaras Municipais têm um superavit global de 137,9 milhões de euros

Porto, Lagoa e Arronches são os municípios com melhor eficácia

financeira em 2019.

Entre muitos outros aspectos, no Anuário é ainda referido que apenas 77 dos 308 municípios portugueses conseguiram em 2019 ter uma independência financeira com receitas próprias igual ou superior a 50%, menos cinco do que em 2018.

Destaca-se também o facto de que o nível global de independência financeira desceu 0,6% em 2019, “atingindo um peso médio de 39,1% para o universo dos municípios, o que pode ser considerado bastante baixo”.

Apenas 77 municípios conseguiram em 2019 ter, pelo menos, 50% de receitas próprias face ao total de receitas, menos cinco do que no ano anterior, dos quais 22 foram municípios de grande dimensão, 41 de média dimensão e 14 de pequena dimensão.

Em 2019 houve 157 municípios que não recorreram a empréstimos bancários (menos 16 do que em 2018), dos quais 94 de pequena dimensão, 14 de grande e 49 de média dimensão.



Rio critica Estado Central pela falta de apoio na resposta à pandemia

EDIL de Braga critica Estado Central por não responder ao agravamento da despesa municipal motivada pela resposta à pandemia, muitas vezes em áreas que não são de competência autárquica.

IPCA

| Marlene Cerqueira |

O presidente da Câmara de Braga denunciou ontem que o Estado Central ainda não ressarciu aos autarquias por qualquer despesa que estas assumiram no âmbito da resposta à pandemia, alertando que no Orçamento de Estado para 2021 também não se vislumbra a alocação de verbas para a resposta que o poder local está a dar à Covid-19.

Ricardo Rio falava no âmbito da conferência 'Os desafios e impactos da pandemia na gestão autárquica', um dos momentos da apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2019, que decorreu ontem através de videoconferência.

Numa sessão que contou ainda com Manuel Machado, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Câmara de Coimbra, e de Carlos Carreiras, presidente da Câmara de Cascais, Ricardo Rio começou por realçar que, "ao longo dos últimos nove meses, têm sido as Câmaras Municipais quem tem, em primeira linha, assumido uma responsabilidade que em muitas dimensões vai muito para lá das suas próprias competências e do que está sob a alçada da sua responsabilidade". E lembrou que as autarquias se têm dobrado em ações preventivas e de sensibilização da população; têm contribuído para o re-



Rio participou num painel sobre desafios e impactos da gestão em tempo de pandemia

forço da capacidade de testagem nos seus territórios; tem dinamizado ações de apoio à população mais vulnerável, mais isolada e mais idosa; têm dado apoio às instituições sociais; "além de uma dimensão de dinamização económica e de apoio" ao tecido empresarial para que resista e seja garantida a sobrevivência da actividade empresarial.

"Tudo isto traduz-se num agravamento das despesas em áreas que não estavam na alçada directa das autarquias, estando as Câmaras a substituir-se ao Estado Central", referiu, dando como exemplo o esforço levado a cabo por muitas autarquias na aquisição de equipamentos informáticos que permitiram o acesso dos alunos ao ensino à distância.



"Mesmo com todos estes constrangimentos, é um sinal de enorme vitalidade o facto de o poder local ter sido o primeiro a reagir perante esta crise, desempenhando um papel crucial na resposta à pandemia."

Ricardo Rio
Presidente da Câmara Municipal de Braga

O edil referiu ainda o esforço que autarquias como Braga tem levado a cabo para manter o apoio aos agentes culturais e desportivos que, impedidos de realizar a sua actividade, neces-

sitam de apoio para não desaparecer.

"Existiram declarações de intenção de que os Municípios seriam ressarcidos desses investimentos consideráveis, mas a verdade é que, até agora, isso não aconteceu. Pelo contrário, até verbas comunitárias que estavam alocadas a nível territorial foram enxertadas para investimento a concretizar pelo Estado Central", lembrou.

Rio recordou que não é só na despesa que os municípios sentem os efeitos da pandemia, uma vez que também a receita das autarquias está a ser consideravelmente afectada pela crise económica que é transversal a todos os sectores de actividade actualmente.

Tudo isto acontece numa altura em que as autarquias têm de manter o nível de investimento previsto para aproveitar os fundos comunitários.

O autarca terminou a intervenção reclamando uma relação de "maior transparência" no processo de transferência de verbas do Estado para as Câmaras, lembrando que, muitas vezes, são desconhecidas as bases que definem os valores transferidos.

"A relação de confiança que deveria existir entre o Estado central e a administração local não está a ser estabelecida e este sucessivo subfinanciamento do sector local só agrava a situação, restringindo a capacidade de acção dos municípios", rematou.

Contas municipais ANMP preocupada com efeitos da pandemia

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses considerou "animadoras" as conclusões expostas no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, mas alertou que a realidade agora é outra e que as "autarquias estão preocupadas com os riscos dos efeitos da pandemia" nas suas contas.

Manuel Machado, à semelhança de Ricardo Rio, realçou o "notável investimento" das autarquias no combate à pandemia e disse esperar ainda mais "fortes impactos sociais e económicos na vida das populações, na economia e nas finanças públicas".

Com a descentralização de competências na ordem dia, Manuel Machado disse que "é tempo" de os municípios assumirem "novos desafios nas diversas áreas de serviço às suas comunidades, mas importa igualmente aperfeiçoar dispositivos legais adoptados no âmbito do processo de descentralização que foram perturbados pela situação da pandemia de Covid-19 e que é agora necessário reajustar".

Já Carlos Carreiras, presidente da Câmara de Cascais, sustentou que as "boas contas" dos municípios nos últimos anos demonstram a necessidade de "aprofundar uma efectiva descentralização de competências para as câmaras sobretudo nas áreas da saúde e solidariedade social e da educação.

Para este autarca "é cada vez mais necessário e mais urgente haver mais poder local e menos poder central".